

O que muda com Collor

por Jim Rohwer
do The Economist

Como as dificuldades de Fernando Collor de Mello podem estar dando origem a uma nova política brasileira.

Durante um tempo, teve-se a impressão de que a mudança de regime do Brasil tinha ocorrido no dia 15 de março de 1990. Samy Cohn, um empresário do Rio de Janeiro, diz que o discurso de posse do presidente Collor naquele dia "esteve à altura de um grande estadista mundial". Collor, então com apenas 40 anos de idade, proferiu, com força e sensibilidade, uma mensagem sem precedentes de estabilização, de abertura e de modernidade para o Brasil. A sua primeira entrevista coletiva à imprensa foi igualmente impressionante: lá estava ele, de pé, respondendo com segurança às perguntas formuladas por jornalistas estrangei-

ros, algo que nenhum presidente brasileiro anterior tinha tentado fazer.

Collor tinha uma frase no seu discurso de posse da qual ele agora talvez esteja se arrependendo: "O meu governo se propõe a eliminar a diferença entre falar e praticar a modernização".

O fracasso inicial da presidência de Collor teve duas causas: o próprio homem e a fraca condição das estruturas políticas da nova democracia. Os dois motivos se alimentaram mutuamente.

Em outubro deste ano, a reputação de Collor tinha caído a níveis tão baixos que as pessoas estavam se referindo a ele usando os verbos do passado, apesar de seu mandato continuar por mais três anos. Tensões sobre a política econômica podiam ser percebidas entre ele e o seu ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira. O presidente se mostrou irritado em público, atacando amargamente empresários por algumas falhas anteriormente não reveladas: "Queixas, queixas, isso é a única coisa que eles sabem fazer, eles se reúnem às sextas-feiras e se queixam da vida, e depois saem dali, pegam seus jatinhos para ir às suas fazendas, para dar alfafa importada aos seus cavalos e cerveja para as suas vacas produzirem mais leite", disse o presidente.

Bem mais bizarro é o fato de ele ter trazido a público os seus problemas pessoais com sua jovem esposa, Rosane. Durante semanas depois disso, era perguntado em entrevistas se eles iriam se divorciar (o

presidente respondeu negativamente, talvez influenciado pela observação do seu sogro, um duro nordestino, de que, "na nossa família, as mulheres ou são casadas ou são viúvas"). Boatos foram muito difundidos, se bem que nunca comprovados, de corrupção no grupo em torno do presidente, formado na sua maior parte por parentes e por antigos associados de Alagoas, o violento estado natal do casal presidencial. A própria Rosane Collor demitiu-se da presidência de uma instituição beneficente que agora está sendo investigada pela má utilização de fundos. A impressão que o presidente dava era a de um peso-leve — e sem muita noção de equilíbrio.

Collor, que não respondeu a repetidos pedidos para ser entrevistado para este relatório, é uma pessoa muito mais complexa do que tudo isto. É bem verdade que ele é inexperiencede e imaturo. Segundo todos os relatos, ele tem

uma personalidade difícil e desconfortável, não adequada para o dar-e-receber segundo o qual os políticos chegam aos seus acordos. Mas ele é um orador poderoso, bonito, bom na televisão e radiando um ar particularmente masculino de autoridade e de decisão. Ele foi comparado, sob diversos pontos de vista, a John Kennedy.

Collor possui um dos maiores dons de um político: um instinto pelas correntes profundas de sentimento que passam pela massa dos seus compatriotas. Dentre todos os que concorreram à presidência em 1989, muitos dos quais

(Continua na página 7)

Nesta edição é publicada a terceira de quatro partes do relatório sobre o Brasil da revista

The Economist

Nacional

A ECONOMIA BRASILEIRA III

O que muda com Collor

por Jim Rohwer
da The Economist
(Continuação da 1ª página)

tinham décadas de experiência na política nacional, ele foi o único que sentiu que o Brasil estava preparado para algo inteiramente novo. Ignorando os truismos da elite que estavam sendo alardeados nas campanhas de todos os seus concorrentes — o Brasil é único, precisa seguir seu próprio caminho, o Estado deve ser o motor do desenvolvimento —, Collor falou em abrir seu país para o mundo externo e em sacudir a economia. Ele deu a tudo isso um simpático toque populista, atacando (merecidamente) os "marajás" do serviço público civil. Na segunda rodada eleitoral, em dezembro de 1989, ele derrotou o seu adversário restante, um esquerdista de São Paulo chamado Luiz Inácio da Silva ("Lula"), por 35 a 32 milhões de votos.

Estar em sintonia com as massas foi algo excelente para uma campanha eleitoral; mas, para governar, Collor precisava trabalhar com as classes políticas. Não resta a menor dúvida de que ele acredita em tudo o que disse no discurso da posse. Ele está tão determinado quanto o presidente Salinas do México a desmontar o sistema que está estrangulando o seu país. A diferença, como diz um empresário, é que, "enquanto Salinas estava estudando economia em Harvard, Collor andava atrás de garotas e aprendendo a política de fronteira em Alagoas".

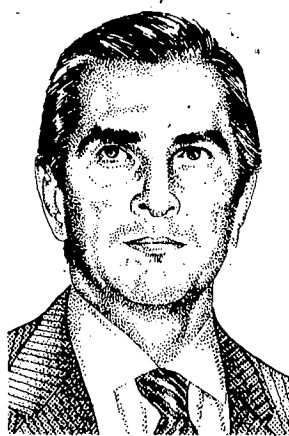
Collor não
estava preparado
para assumir
a Presidência

Esse não foi um treinamento adequado. Collor não esperava vencer as eleições (aliás, ninguém

esperava) e ele não estava preparado para o cargo. Suas habilidades administrativas deixavam a desejar. Ele tinha sido nomeado prefeito de uma cidade em Alagoas e depois foi eleito governador do seu pequeno estado, cujo orçamento não é maior do que o da sétima ou oitava maior cidade no Estado de São Paulo.

Quando se tornou presidente, ele não teve medo de entrar em ação. De fato, o confisco dos bens no dia 16 de março de 1990 foi de uma ousadia que chega perto da temeridade. Mas, como ocorre com muitos políticos, ele considerou a lealdade como sendo a qualidade suprema na escolha da sua equipe. Nos meses anteriores à sua posse, Collor consultou uma ampla gama das melhores opiniões econômicas a respeito do que deveria ser feito. Ele acabou confiando a tarefa a Zélia Cardoso, na época com apenas 38 anos de idade. Sua primeira ministra da Economia é uma mulher intensa e forte, mas não uma grande pensadora de assuntos econômicos. Mais importante, ela tinha pouca experiência administrativa ou política. O presidente a conhecia dos seus tempos em Alagoas, quando ela fez campanhas de "lobby" em Brasília a favor do estado deles (sic). As tentativas dela de passar agressivamente sobre todos os que se colocassem no caminho — credores estrangeiros, Congresso — rapidamente fizeram surgir ressentimentos.

Desde o início, a administração Collor sofreu de um fracasso de organização, tanto dentro do governo quanto no seu relacionamento com o Congresso. Os banqueiros estrangeiros preferem Marcílio Moreira a Zélia Cardoso, mas grandes erros administrativos continuam sendo feitos. O governo poderá perder receitas fiscais neste ano no valor de até 1% do PIB por causa de uma fracassada tentativa de substituir um índice putativo de juros (a TR) para a indexação do imposto de renda. Outros US\$ 8 bilhões correm perigo nos impostos empresariais e de segurança social.



Fernando Collor de Mello

riaais e de segurança social.

Quando ao Congresso, o presidente passou os seus primeiros seis meses no cargo ignorando-o e, desde então, tentando e fracassando em formar alianças "ad hoc" com os seus membros. A opinião de José Serra, um deputado do PSDB, um partido da oposição e um provável ministro da Economia no caso de um governo de unidade nacional, é que o "problema do governo é operacional; eles não sabem como fazer para que as coisas aconteçam". Luís Antônio de Medeiros, um líder sindical moderado, é mais agressivo: "Os planos do presidente são positivos, a execução deles é que é uma m..."

Não se pode dizer que qualquer presidente teria tido facilidade em executar os seus planos. O Brasil sofreu com uma falta de atividades políticas durante os 21 anos do governo militar; agora, está sofrendo com um excesso delas.

A pior consequência do tempo dos generais foi a destruição de quaisquer partidos coerentes que poderiam agora servir para a organização da vida política. Os primeiros que se formaram depois do domínio militar foram, naturalmente, responsabilizados pelo eleitorado pela confusão que o governo Sarney aprontou na economia. Na primeira rodada das eleições presidenciais de 1989, os candidatos dos três maiores partidos do País

conseguiram ficar, respectivamente, com 3%, 1% e 4% dos votos. Collor inventou um partido, o PRN, para ser seu veículo na campanha; na verdade, ele estava se candidatando sem partido, aliás, contra eles.

O Brasil sofre
com o excesso
de atividade
política

O Congresso eleito seis meses depois da posse do presidente Collor é formado por vinte e tantos partidos, apenas nove dos quais são significativos. O partido do presidente tem cerca de 10% das cadeiras do Congresso. Para qualquer novo assunto que é apresentado ao Congresso, Collor precisa montar uma nova maioria. Isso é mais difícil ainda do que parece, uma vez que o maior dos seus aliados nominais, o PDT de Leonel Brizola, o charmoso demagogo que é governador do Estado do Rio de Janeiro, se mostra ideologicamente hostil a todo o programa presidencial. Os dois grandes partidos mais simpatizantes com o seu programa — o PMDB, que era oficialmente o partido da oposição durante o governo militar, e o PSDB, o partido de centro do homem que pensa — estão nominalmente na oposição no Congresso.

Praticamente não existe uma disciplina partidária. Em apenas um único dos partidos — o Partido dos Trabalhadores (PT) de Lula — os membros votam em conjunto mais da metade das vezes. Numa votação de importância crucial, diz César Maia, um deputado do PSDB, os votos de dez membros não comprometidos podem representar a diferença; o Congresso é uma "ditadura das minorias".

A intriga aprofunda-se ainda mais por causa de vários outros fatores. Uma eleição presidencial deverá



Marcílio Marques Moreira

ser realizada em 1994, e três candidatos já estão praticamente declarados. Mesmo quando os partidos no Congresso gostariam de cooperar, os seus executivos nacionais frequentemente os sabotam por causa de manobras visando as eleições de 1994.

E a Constituição de 1988 também desempenha o seu papel para atrapalhar as coisas. A representação proporcional causa uma fragmentação no Congresso e aumenta o poder das minorias. As divisões regionais são severas, o mesmo também sendo válido entre a região rural e a urbana. Os estados estão uniformemente representados no Senado (exatamente como ocorre no Senado dos Estados Unidos); mas regiões fracamente povoadas, que tendem a necessitar de mais dinheiro federal, também estão excessivamente representadas na Câmara dos Deputados. Mais da metade dos deputados vem dos estados do Oeste, do Norte e do Nordeste, que são responsáveis por menos de 40% da população. A proporção de votos necessários para a conquista de uma cadeira de deputado em São Paulo em relação aos necessários para conseguir uma cadeira num dos estados de fronteira é de 30 por 1; em casos extremos a proporção chega a ser de 60 por 1. Em alguns estados, como em São Paulo, todos os deputados são selecionados estadualmente de uma única lista e

não em distritos separados. Isso serve para aumentar a influência dos governadores estaduais e dos prefeitos das cidades pequenas, que são capazes de fornecer blocos de votos. Eles são recompensados pela indulgência do Congresso em relação aos seus estilos perdulários.

A Constituição
também ajuda
a atrapalhar
as coisas

O sistema é ruim e o presidente Collor, um "outsider" e um solitário, é particularmente pouco indicado para trabalhar dentro dele. Propostas de mudanças radicais estão sendo feitas. Uma delas foi a de se adiantar um plebiscito a respeito da Constituição de setembro de 1993 para algum momento do próximo ano. A proposta instalaria um sistema parlamentar; pelo menos haveria então linhas claras de responsabilidade e uma estável maioria do governo dentro do Poder Legislativo. Collor, sabendo que isso representaria um ponto final na sua carreira política, conquistou uma rara vitória ao conseguir que a proposta morresse no Senado em princípios do mês passado.

Ainda se fala entre os chefes dos partidos, líderes empresariais e sindicais e até mesmo o próprio presidente Collor a respeito de um "entendimento nacional". A ideia é vaga; mas ela envolveria um "pacto social", como o do México a respeito de salários e preços, um compromisso confiável do governo em relação a rígidas políticas fiscais e monetárias, bem como uma "reestruturação" da administração Collor. O esforço tem sido liderado pelo presidente do PSDB, Tasso Jereissati (ver a seguir). Outros, que sabe-se, estariam participando dessas conversações incluem

Medeiros, o líder da Força Sindical, um sindicalista que é mais defensor do mercado livre do que muitos dos longamente protegidos empresários brasileiros; Lula, o esquerdista de São Paulo; e Antônio Fleury, o governador de São Paulo e membro do PMDB, o maior partido (se bem que a sua posição é complicada pelo fato de ser "protégé" de Orestes Quêrcia, um ex-governador de São Paulo, que chefiou o PMDB e que está planejando a sua candidatura à presidência).

A inquietação de Collor é compreensível. A meta não disfarçada do exercício todo é colocá-lo no que seria uma espécie de governo de coalizão; uma partilha informal do poder com um ministro autônomo da Economia, que na prática seria o primeiro-ministro (como já aconteceu na Argentina, onde o ministro das Finanças, Domingo Cavallo, dá as ordens num governo apenas formalmente presidido pelo presidente Carlos Menem). Se ocorrer uma coalizão com a "esquerda", José Serra do PSDB provavelmente seria o "supremo" (se bem que o nome de Tasso Jereissati também esteja sendo mencionado e ele, de qualquer maneira, seria um grande poder por trás do trono); se a coalizão for feita com a direita, Delfim Neto poderá assumir o cargo pela terceira vez em 25 anos. Seja lá como for, será que essa é a "mudança de regime" de que o Brasil precisa?

Isso é menos improvável do que parece. A realização inegável de Collor é que, nos dois anos desde a sua campanha eleitoral, ele transformou os termos do debate nacional brasileiro. Até então, praticamente todos aceitavam o estatismo e o nacionalismo, coisas que agora quase todos rejeitam. Existe uma base comum para uma ampla coalizão reformista.

Collor mudou o
debate nacional,
mas isso não é
o suficiente

Essa mudança de atmosfera é algo de que Collor pode se orgulhar. Mas não é o suficiente. Os defensores do presidente dizem que as mãos dele têm estado atadas pela Constituição. Mas a verdade é que durante os seus seis primeiros meses de mandato ele tinha uma autoridade incontestada para refazer o Brasil. Qualquer pessoa capaz de enfiar a mão no bolso das pessoas e roubar 80% das suas poupanças sem que elas dessem um pio sequer, não era um prisioneiro indefeso de algum documento longo e complexo demais. Mas os brasileiros não estão fadados a ser necessariamente mal governados. Um estado pobre do Nordeste conseguiu provar isso.